



IDOSO

//NOTÍCIAS DA IMPRENSA

Após ter perna amputada, idoso usa prótese improvisada de madeira

Ex-seringueiro perdeu a perna após ter sido picado por uma cobra. Prótese é adaptada para região às margens do Rio Juruá, no interior do AC.

Fonte: G1 AC – Adalcimar Carvalho – 01/04/2015



Ex-seringueiro diz preferir prótese de madeira por ser mais leve (Foto: Adalcimar Carvalho/G1)

O ex-seringueiro Francisco Alves Pedrosa, de 77 anos, mora na estrada da Variante, que liga a BR-364 à cidade de Cruzeiro do Sul, distante 648 km da capital Rio Branco. Aos 25 anos, em 1963, Francisco perdeu parte da perna direita após ter sido picado por uma cobra. Cansado de usar muletas, ele começou a fabricar próteses com madeira da região do Juruá.

A retirada de látex das seringueiras exigia que Francisco ficasse muito tempo na floresta. Ele conta que foi picado outras três vezes por cobra, mas conseguiu atendimento rápido no hospital e ficou sem novas sequelas.

A ideia de usar a madeira partiu do próprio ex-seringueiro. “Durante 20 anos, andei de muleta. Depois, passei a usar a perna de pau, feita de madeira. Passei muitos anos [assim], eu mesmo fazia. A que uso hoje aqui foi um vizinho já falecido, que trabalhava fazendo embarcações, que me presenteou. As primeiras eu mesmo fazia, pegava um pedaço de madeira, cavava com um formão e fazia por conta própria. Para calçar, forrava com pano para evitar calos”, explica.

Em 2014, Francisco chegou a ganhar uma prótese de alumínio, mas opta pela de madeira por conta do local onde mora, uma área úmida às margens do Rio Juruá.

“Tenho uma nova, mas não abro mão desta. Aqui é muito molhado, tem muita lama, então procuro usar esta para poupar a nova, que é melhor de andar. Mas, com essa aqui ando bem, ando por toda a cidade. É mais leve”, destaca.

De acordo com ele, o material usado para fazer a prótese é aguano, uma espécie de madeira da região. “Foi um amigo que fez pra mim. Quando o pé fica ruim, vou a um carpinteiro, e ele faz outro pé”, finaliza.



Prezado(a), para preservar as informações contidas no periódico, é necessário estar logado na intranet para carregar os links.

ÍNDICE

IDOSO

Notícias da Imprensa	fl.01
Notícias do Judiciário	fl.04
Notícias do Legislativo	fl.05

PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Notícias da Imprensa	fl.06
Notícias do Judiciário	fl.09
Notícias do Legislativo	fl.10
Institucional	fl.10

EXPEDIENTE

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção ao Idoso e à Pessoa com Deficiência

Av. Marechal Câmara, 370 - 6º andar
Centro - CEP 20020-080
Telefones: 2215-6326 | 2215-6112
E-mail: caoidosopdef@mprj.mp.br

Coordenador
Luiz Cláudio Carvalho de Almeida

Subcoordenador
Rafael Luiz Lemos de Sousa

Servidores
Alexandre Cavassoni Rosa
Thaiza Marques de Miranda e Silva
Rodrigo Firmino da Silva
Rosemary Rodrigues Cruz

Estagiários
Bernardo Fitipaldi Mothé
Kaio Sobrinho da Silva

...

Projeto gráfico
STIC - Gerência de Portal e Programação Visual



Segundo IBGE, 4,5 milhões de idosos estão no mercado de trabalho

Empresas começam a apostar na energia e na experiência dos profissionais idosos.

Fonte: G1 – Jornal Nacional – 02/04/2015



Lá vai Seu Vianelo para mais um dia de trabalho. E ele levantou foi bem cedinho. Antes do despertador. “Ponho para despertar às 6 horas, mas ele nunca desperta, nunca desperta”, conta Seu Vianelo Coelho Da Silva, 94 anos.

Aos 94 anos, de segunda a sábado ele está sempre fiscalizando o concerto das estradas em Nerópolis, a 30 quilômetros de Goiânia.

Vianelo: Agora eu quero aproveitar a vida. Não está certo?

Jornal Nacional: E trabalhar significa aproveitar a vida?

Vianelo: Quando eu morrer eu fecho o olho para descansar.

Até pouco tempo atrás a regra era essa: a pessoa envelhecia, se aposentava e ficava em casa. E aí toda experiência profissional adquirida ao longo dos anos já não tinha mais nenhuma utilidade. E foi justamente pensando em toda essa experiência que estava sendo desperdiçada que essa rede de supermercados decidiu contratar os idosos.

E 20% do quadro de funcionários já tem idade pra parar de trabalhar. O Seu Vicente, beirando os 71 anos, é pura disposição.

Jornal Nacional: Posso dizer então que o senhor mexe com eletricidade e é ligado no 220.

Vicente Goes Nogueira, eletricista: 220 fico 24 horas.

Jornal Nacional: O senhor não desliga nunca.

Vicente Goes Nogueira: Nunca desligo.

Segundo o IBGE, dos 15 milhões de idosos no Brasil, 4,5 milhões estão no mercado de trabalho. A dona Wilma já se aposentou mas nem pensa em parar.

“Eu acho que eu ainda tenho muito a oferecer ainda para a empresa”, afirma a compradora Wilma Moreira Carrijo, 65 anos.

“A introdução do idoso na cadeia produtiva melhorou o desempenho em atendimento e no relacionamento com o consumidor”, diz o diretor de marketing Tiago Damasceno.

Batom, lápis nos olhos. Uma ajeitada no cabelo e poses, muitas poses. Aos 71 anos, filhos criados, uma aposentadoria e a Eterna descobriu que não queria ficar em casa. Virou modelo.

“Nós não estamos mais na época que a vovó ficava na porta fazendo

croché, conversando com as colegas. Eu sempre falo para o meu pessoal, sou igual bicicleta, se parar cai, então não vou parar”, conta a modelo Eterna Dias.

Para ter acesso ao vídeo, clique [aqui](#).

Abrigo Cristo Redentor ameaça cancelar convênio com o estado

Fundação Leão XIII não repassa verbas para asilo há oito meses.

Fonte: O Globo – não encontrado – 06/04/2015



O presidente do Abrigo Cristo Redentor, Josias Ávila, com os idosos: Leão XIII garante que vai regularizar situação - Paulo Roberto Araújo / O Globo

NITERÓI — Raimundo Moraes, de 70 anos, arregala os olhos e não esconde o ar preocupado quando vê um estranho entrando na galeria dos homens do Abrigo Cristo Redentor (ACR), em São Gonçalo. Baiano, ele já foi motorista de ônibus e taxista no Rio, mas perdeu o pouco que conquistou na vida por causa do alcoolismo. Raimundo é um dos 67 idosos que correm o risco de deixar o abrigo porque a Fundação Leão XIII há oito meses não paga as parcelas do convênio que mantém com a instituição há mais de 20 anos.

Com 172 internos (67 do estado, 58 do município e 47 particulares), o ACR, que está completando 76 anos de fundação, sobrevive com o dinheiro que chega por meio de doações, eventos promovidos por entidades e almoços festivos mensais. Assim, mantém o quadro de 130 funcionários, entre os quais quatro médicos, quatro enfermeiros e 84 técnicos de enfermagem.

Dívida de quase R\$ 1 milhão

Raimundo, que sofre de diabetes e hipertensão, teme não conseguir cuidar da saúde:

— Estou aqui desde 2009 e não tenho do que reclamar. O alcoolismo arruinou minha vida e deixou muitas sequelas. Eu bebia demais. Ganho uma ajuda do governo de R\$ 700. Se me tirarem daqui, vou pagar aluguel numa favela, mas não terei como me tratar.

Cada interno custa em média R\$ 1,6 mil por mês, mas o estado repassa pouco menos de R\$ 1,1 mil. A dívida da Fundação Leão XII chega a quase R\$ 1 milhão. O novo presidente do ACR, Josias Ávila, diz que a entidade pagou mais de R\$ 120 mil de juros bancários no ano passado porque teve que pedir empréstimos para quitar despesas com remédios e com a alimentação especial dos idosos.

— Ando perdendo meu sono por culpa única e exclusiva da Fundação Leão XII, que completou no dia 31 de março oito meses de abandono dos residentes. Temos idosos que estão aqui há mais de 20 anos. Estou muito preocupado porque não tenho mais poder de endividamento pessoal e,

confesso, não sei mais o que fazer em curto prazo. Só nos resta buscar a Justiça e, com tristeza, encerrar o convênio — lamentou Ávila.

Além do convênio com a Leão XIII, o ACR conta com a contribuição das internações particulares e com o convênio com a prefeitura de São Gonçalo, que está em dia. Para ajudar a instituição, o Rotary Club lançou uma campanha nacional para aumentar o número de sócios (atualmente existem apenas 60), com contribuições a partir de R\$ 20 mensais. As adesões podem ser feitas pelo telefone 2712-1040.

— A nossa sorte é que ainda existe muita gente de bem na sociedade. Quando a situação aperta, recorremos a empresários e a instituições que nunca nos negaram ajuda. Há pouco tempo, motociclistas e a torcida do Vasco fizeram eventos no abrigo. Trouxeram roupas e alimentos e doaram a renda que conseguiram arrecadar. Foi nossa salvação — disse Ávila, acrescentando que há uma fila de idosos aguardando vagas no ACR.

A presidente da Fundação Leão XIII, Erika Yukiko Muraoka de Souza, disse que vem se empenhando junto ao governo do estado para captar recursos e cumprir os compromissos da Fundação que, segundo ela, vem passando por uma transição de gestão na presidência e diretorias. Ela garante que vai regularizar gradativamente o convênio com o ACR que recebe idosos de todo o estado.

— Honramos com a obrigação de janeiro e empenhamos a de fevereiro de 2015 e estamos em contato com a instituição em busca de uma solução eficaz para o ocorrido — disse a Érika Muraoka sem garantir, contudo, quando será regularizada a dívida com o ACR.

Nos EUA, marido é acusado de estupro por fazer sexo com a mulher doente

Fonte: Folha de São Paulo – do “The New York Times” – 21/04/2015

A americana Donna Lou Rayhons tinha mal de Alzheimer em fase avançada. Antes de ser internada em uma casa de repouso em Iowa, no ano passado, aos 78 anos, não conseguia lembrar o nome dos filhos ou como comer um hambúrguer. Certo dia, tentou lavar as mãos no vaso sanitário de um restaurante.

Sua situação foi parar nos tribunais por uma questão complicada: seu marido, Henry Rayhons, 78, foi acusado de estupro por ter feito sexo com ela em maio de 2014, oito dias após a equipe médica que a acompanhava diagnosticar que ela não tinha capacidade mental para consentir com isso e avisar Henry.

Não há notícias de casos semelhantes levados à Justiça – especialistas acreditam que o aumento na expectativa de vida e da incidência de doenças mentais tendem a torná-los mais comuns. Rayhons cumpria o seu nono mandato como deputado estadual em Iowa e desistiu de concorrer novamente após ser preso.

Não há nenhum sinal de que Donna tenha resistido ou se incomodado. Pessoas próximas à família são unânimes em afirmar que o casal tinha uma relação bastante amorosa. Eles se conheceram no coral da igreja, onde cantavam, e se casaram em 2007, depois que ambos ficaram viúvos.

Processo

O processo criminal, que tem atraído a mídia americana, desnudou detalhes da convivência do casal até a morte de Donna, em agosto.

Rayhons, um produtor de milho e soja, visitava a mulher pela manhã e pela tarde. Tinha o hábito de rezar um rosário à beira da sua cama. Às vezes descumpria a recomendação da equipe da casa de repouso e a levava para passear.

A assistente social Michelle Dornbier, que trabalha no local onde Donna vivia, testemunhou no começo deste mês sobre o caso. Disse que ela fez um teste de memória em maio e teve nota zero – não conseguia lembrar as palavras “meia”, “cama” e “azul”. Disse, porém, que Donna “estava sempre feliz por ver Henry”.

Segundo ela, a preocupação com a possibilidade de Rayhons estar

fazendo sexo com sua mulher veio de Suzan Brunes, filha de Donna. A casa de repouso então procurou Rayhons para tratar do tema. Ele respondeu que não havia motivo para preocupação.

De qualquer forma, a paciente foi transferida de um quarto particular para um compartilhado. Na noite de 23 de maio, sua colega de quarto relatou que o marido fechou a cortina ao redor da cama e barulho de atividade sexual foi ouvido. Uma câmera de segurança mostrou Rayhons deixando uma calcinha de Donna em um cesto de roupa suja antes de ir embora.

O caso levou a filha a pedir que as visitas de Rayhons fossem limitadas. Pouco tempo depois da morte de Donna, um promotor pediu a prisão dele, que segue na cadeia. Ainda não há uma decisão final, e os filhos dela se recusaram a falar com o processo pendente.

Em depoimento à polícia, Rayhons afirmou que sua mulher ainda gostava e pedia para ter relações sexuais.

Não existem métodos consagrados para medir objetivamente a capacidade de alguém consentir com sexo. Há ainda o obstáculo de que os sintomas dos pacientes com demência flutuam: o paciente pode estar lúcido pela manhã, mas incapaz pela tarde.

Além disso, especialistas afirmam que a intimidade física pode ser benéfica, atuando contra a agitação e a solidão.

“O prazer do toque é um dos últimos que perdemos”, afirma Daniel Reingold, diretor de um asilo em Nova York. O desejo segue vivo mesmo quando a memória rareia, e especialistas comparam tal vontade com outros instintos primitivos, como fome ou sede.

Pela acusação, um argumento é que uma paciente com alzheimer pode acabar em uma situação de forte estresse ao se encontrar nua junto a um homem que acredita desconhecido, sem entender como aquilo foi acontecer.

ALZHEIMER E SEXO

O que dizem as partes do julgamento de um americano de 78 anos acusado de estuprar sua mulher com demência

ACUSAÇÃO

Diagnóstico

Os médicos da casa de repouso diagnosticaram que Donna Rayhons, 78, não tinha capacidade mental de consentir com sexo

Notificação

Seu marido, Henry Rayhons, 78, foi informado da contra-indicação dos médicos quanto à prática de sexo com sua mulher

Memória zero

Em um teste de memória e orientação, Donna recebeu a nota zero – ela não era capaz de lembrar de palavras como “meia”, “cama” e “azul”

DEFESA

Sinais positivos

Não há indicação de que Donna resistiu à prática de sexo com seu marido ou de que ela tinha sinais de abuso

Intimidade

Uma assistente social afirmou que Donna ficava feliz ao ver Henry e que a “intimidade é benéfica para pacientes com demência”

Desejos

O desejo sexual, inclusive, pode sobreviver mesmo quando a pessoa não se lembra mais de nomes ou rostos

Os supercentenários vivos nascidos no século XIX

Segundo o Gerontology Research Group, há atualmente vivendo no mundo 77 supercentenários (75 mulheres e 2 homens).

Fonte: Portal do Envelhecimento – José Eustáquio Diniz Alves – abril de 2015

Misao Okawa, a pessoa mais idosa do mundo até o mês passado, morreu no dia 01 de abril de 2015, aos 117 anos e 21 dias. Nascida em 05/03/1898, ela era uma das dez supercentenárias nascidas no século XIX.

Supercentenários são as pessoas que completam 110 anos. Segundo o Gerontology Research Group, há atualmente vivendo no mundo 77 supercentenários (75 mulheres e 2 homens). A lista inclui apenas os indivíduos mais longevos que tiveram a idade comprovada. Atualmente existem apenas nove pessoas vivas (todas mulheres) que nasceram no século XIX (considerando que o ano de 1900 pertence ao século XIX).

Passar dos 110 anos é um privilégio raro. Passar dos 115 anos é um privilégio raríssimo. Atualmente existem apenas nove pessoas vivas (todas mulheres) que nasceram no século XIX (considerando que o ano de 1900 pertence ao século XIX).

A pessoa mais longeva de todos os tempos foi a francesa Jeanne Calment que viveu 122 anos e meio (44.724 dias). Este é o recorde absoluto e a única pessoa do mundo, comprovadamente, a ultrapassar os 120 anos. Com a morte de Misao Okawa, a norte-americana Gertrude Weaver, nascida em 04/07/1898 (com 116 anos e 272 dias) se tornou a pessoa mais velha do mundo.

O Brasil nunca teve uma pessoa, comprovadamente, que tenha vivido mais de 115 anos. Ou seja, não existe nenhuma pessoa brasileira viva que tenha nascido no século XIX. No global, as únicas nove pessoas nesta situação, seis são dos Estados Unidos, uma da Itália, uma da Jamaica e outra do Japão.

Não é fácil superlongevidade. Vida longa, Gertrude Weaver!

José Eustáquio Diniz Alves - Doutor em demografia e professor titular do mestrado em População, Território e Estatísticas Públicas da Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE/IBGE; Apresenta seus pontos de vista em caráter pessoal. É membro da rede de colaboradores do Portal do Envelhecimento

Idosos do Distrito Federal recebem Universidade da Maturidade

O projeto irá disponibilizar nesse primeiro semestre 100 vagas à moradores de regiões administrativas mais populosas e caracterizadas como socialmente vulneráveis.

Fonte: Jornal de Brasília – 15/04/2015

A Universidade de Brasília (UNB), em parceria com a Coordenação do Direitos da Pessoa Idosa/Secretaria de Estado de Política para as Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal/ SEMIDH, promove nessa quinta (16), a inauguração da Universidade da Maturidade.

O programa tem como um de seus objetivos criar um cenário de formação de cidadania e compromisso social que incluam a comunidade acadêmica da FCE e a comunidade adulta e idosa, integrando ensino, pesquisa e extensão bem como as práticas de promoção de saúde e da cidadania para o envelhecimento ativo para elevação dos níveis de saúde física, mental e social das pessoas acima de 45 anos, proporcionando atualização, reciclagem, inserção, informação e orientações práticas bem como a valorização do ser humano perante a sociedade integrando-as aos ambientes cultural, social e educacional.

Partindo da concepção de velho como um ser humano com possibilidade e limites, em permanente construção, que adquire mais conhecimento

e maior compreensão da vida pelas experiências vividas, dando e buscando sentido e significado ao que faz, este se insere em um curso com carga horária de 340 horas-aula, num período de 18 meses dividido em três módulos no qual as aulas ocorrerão de segunda a sexta-feira das 14:00h às 17:30h, sendo ministradas na UNB, Faculdade de Ceilândia e no Clube da Saúde do DF, sendo que, os acadêmicos têm que cumpri-los integralmente para que receba o título de Educador Político Social.

Vários benefícios estão sendo evidenciados, em especial a capacitação regular, com uma grade curricular específica para dar voz e vez aos que envelhecem desmistificando a velhice como sinônimo de decadência física, mental e social.

No DF, o projeto irá disponibilizar nesse primeiro semestre 100 vagas à moradores de regiões administrativas mais populosas e caracterizadas como socialmente vulneráveis pelos indicadores do Índice de Desenvolvimento Humano/IDH

//NOTÍCIAS DO JUDICIÁRIO

Plano de demissão voluntária com foco em mais velhos é discriminatório, diz TST

Fonte: Revista Consultor Jurídico – 07/04/2015

Ao implantar um plano de demissão voluntária com foco no desligamento de pessoas mais velhas, o Banco do Estado do Espírito Santo (Banestes) agiu de forma discriminatória. Assim concluiu a 1ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho, que reconheceu a existência de discriminação por idade em resolução que criou o Plano Antecipado de Afastamento Voluntário (PAAV), que deveria ser aderido sob pena de desligamento automático e compulsório.

Os ministros acolheram o recurso de revista de uma aposentada que alegou dano moral por ter sido obrigada a aderir ao PAAV e pedir aposentadoria proporcional para não ser demitida.

Com a decisão, o processo retorna à 3ª Vara do Trabalho de Vitória (ES) para que sejam julgados os pedidos da ação trabalhista. A aposentada pede a nulidade da adesão ao plano de desligamento e a reintegração aos quadros do banco, além de indenização por danos morais em virtude da discriminação por faixa etária.

Ao acolher o recurso, o ministro Walmir Oliveira da Costa, relator do processo, destacou diversas normas brasileiras contra qualquer tipo de discriminação, como os artigos 3º e 7º da Constituição Federal, a Lei 9.029/95 e a Convenção 111 da Organização Internacional do Trabalho, promulgada no Decreto 62.150/68. Também lembrou o artigo 100, inciso II, do Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003), “com vistas justamente a abolir práticas que restrinjam o mercado de trabalho das pessoas em razão de sua idade”.

Para o ministro, embora a Resolução 696/2008 do Banestes descreva apenas o critério relativo ao tempo de serviço (30 anos de serviços prestados ao banco), está claro que, ao condicionar a dispensa à possibilidade de aposentadoria integral ou proporcional, o banco, acabou por adotar o critério etário, tendo em vista que o direito à aposentadoria está condicionado a dois requisitos cumulativos — idade mínima e tempo de serviço.

O relator ressaltou, ainda, que o critério supostamente “humanitário” alegado pelo banco de dispensar trabalhadores com fonte de renda assegurada (a aposentadoria) em vez dos mais jovens, que não têm renda garantida, não afasta a conclusão de que a aposentadoria é um ato espontâneo do trabalhador. Além disso, lembrou que o direito potestativo do empregador não é absoluto, “pois não lhe permite romper as relações de emprego a partir da adoção de critério discriminatório”.

Entenda o caso

Contratada em 1978, a empregada teve seu contrato rescindido em 2008.

Na Justiça, afirmou que foi coagida a aderir ao PAAV, pois a Resolução 696 previa o desligamento de mulheres e homens com idades acima de 48 e 53, respectivamente. O Banestes contestou afirmando que a adesão se deu por livre vontade e, além das verbas previstas na legislação, a empregada recebeu indenização adicional de R\$ 19 mil.

A 3ª Vara do Trabalho de Vitória rejeitou os pedidos da aposentada, decisão mantida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região (ES). Para o Regional, ao contrário de discriminatória, a política de desligamento de empregados do Banestes “contém uma preocupação social, na medida em que é melhor dispensar quem já tem uma renda assegurada do que aqueles que devem sair em busca de emprego”.

Após a publicação do acórdão, o Banestes interpôs embargos à Subseção 1 Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1) do TST e recurso extraordinário, visando levar o caso ao Supremo Tribunal Federal. Com informações da Assessoria de Imprensa do TST.

RR-41700-02.2010.5.17.0003

Reajuste da mensalidade de plano de saúde por idade não é medida abusiva

Fonte: Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro – Assessoria de Imprensa - 02/03/2015

Reajuste de mensalidade em planos de saúde devido à idade do segurado não é medida abusiva. O entendimento é da 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça que acolheu recurso especial da Amil Assistência Médica Internacional para reformar decisão que reprovou o reajuste de mensalidades de planos de saúde em razão da idade.

“Nos contratos de plano de saúde, os valores cobrados a título de mensalidade devem guardar proporção com o aumento da demanda dos serviços prestados”, definiu o colegiado.

O Ministério Público interpôs Ação Civil Pública alegando abuso nos reajustes das mensalidades dos planos de saúde com base exclusivamente na mudança de faixa etária.

A ação foi julgada procedente em primeira instância, e a sentença foi confirmada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. No STJ, a relatora, ministra Nancy Andrighi, votou pela manutenção do acórdão, mas ficou vencida. Prevaleceu o voto do ministro João Otávio de Noronha.

Jurisprudência agora superada previa que os planos de saúde não poderiam cobrar valores diferenciados aos segurados por conta da faixa etária, conforme prevê o artigo 15, parágrafo 3º do Estatuto do Idoso — que veda “a discriminação do idoso nos planos de saúde pela cobrança de valores diferenciados em razão da idade”.

Noronha afirmou que a discriminação, fomentada pelo preconceito, é ato coibido pelo ordenamento jurídico. No entanto, diz ele, a norma não impede que haja reajuste sob outra justificativa.

“Não se extrai de tal norma interpretação que determine, abstratamente, que se repute abusivo todo e qualquer reajuste que se baseie em mudança de faixa etária, como pretende o promovente desta Ação Civil Pública, mas tão somente o reajuste discriminante, desarrazoado, que, em concreto, traduza verdadeiro fator de discriminação do idoso, justamente por visar dificultar ou impedir sua permanência no plano”, afirmou em seu voto.

“Os planos de saúde são cobrados conforme a demanda dos usuários e ajustados de forma que aquele que mais se utiliza do plano arque com os custos disso. Isso se faz por previsões. Daí o critério de faixa etária”, declarou Noronha.

O ministro chamou a atenção, entretanto, para os critérios de verificação da razoabilidade desses aumentos e para a necessidade de se coibirem

reajustes abusivos e discriminatórios, no caso de empresas que se aproveitam da idade do segurado para ampliar lucros ou mesmo dificultar a permanência do idoso no plano. Com informações da Assessoria de Imprensa do STJ.

REsp 1315668

//NOTÍCIAS DO LEGISLATIVO

Olimpíada da Terceira Idade

Fonte: Câmara Municipal do Rio de Janeiro – 13/04/2015

O exercício é uma das melhores formas de combater as chamadas doenças típicas do envelhecimento, entre elas hipertensão, diabetes, acidente vascular cerebral, doenças cardiovasculares, osteoporose, entre outras. A relação entre a atividade física e a longevidade é indiscutível. O vereador Marcelo Piuí (PHS) acredita que, com a aproximação dos Jogos Olímpicos, é preciso incentivar a prática de exercícios pelos idosos. Sendo assim, apresentou o Projeto de Lei nº 1.170/2015, que dispõe sobre a criação da “Olimpíada da Terceira Idade”.

A Olimpíada da Terceira Idade será realizada anualmente no mês de setembro. O regulamento será divulgado durante os meses de julho e agosto de cada ano e as modalidades serão futebol, voleibol, basquetebol, tênis, xadrez, atletismo ou outras de baixo risco. Os interessados deverão ter idade superior a 60 anos e apresentar atestado médico de aptidão com validade de até 30 dias. Aos primeiros, segundos e terceiros colocados em cada modalidade olímpica serão entregues medalhas e diplomas de Honra ao Mérito com a indicação de suas respectivas classificações e, aos demais, certificados de participação.

Paralelamente aos jogos olímpicos, serão também promovidos torneios abertos de dominó, dama, malha, bocha, além de outras atividades recreativas e sociais, como exposição de artesanato, concursos de culinária e dança de salão. “É através dos jogos e exercícios que o idoso participa de um rico processo social de convivência que mantém suas boas condições físicas para melhor aproveitar a vida”, ressaltou o parlamentar.

“Os grandes eventos que ocorrerão no país em 2016 nos levam a um despertar esportivo da prática de exercício físico na terceira idade, que não somente importa para a melhoria da força física do jovem da terceira idade, mas é um bem necessário para fugir da depressão e conviver socialmente.”

Vereador Marcelo Piuí

//NOTÍCIAS DA IMPRENSA

Antigo Palácio da Justiça recebe iluminação azul para marcar o Dia Mundial de Conscientização do Autismo

Fonte: Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro - Assessoria de Imprensa – 01/04/2015



Museu da Justiça será iluminado nesta quarta-feira em homenagem ao Dia Mundial de Conscientização do Autismo (Foto: Alexandre Moreira)

Em uma ação inédita no Poder Judiciário fluminense, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) irá apoiar a divulgação do Dia Mundial de Conscientização do Autismo, instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU) na data de 2 de abril. Já a partir desta quarta-feira, dia 1º, e por toda a próxima semana, a fachada do Antigo Palácio de Justiça, na Rua Dom Manuel, 29, Centro, ficará iluminada de azul. O mesmo acontecerá também nas sedes do Judiciário federal, em Brasília, do Legislativo fluminense e em outros prédios.

A iniciativa no TJRJ surgiu com uma solicitação encaminhada ao presidente do tribunal, desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho, pelo Grupo de Pais de Crianças Portadoras de Transtorno Invasivo do Desenvolvimento do Espectro Autístico – TEA, CID F 40 – denominado Mundo Azul e que tem como colaboradora a juíza Keyla Blank De Cnop. Mãe de Arthur, de 10 anos, portador da doença, a magistrada ajudou na formação do grupo com mais dois casais, também pais de crianças autistas.

Relativamente nova na literatura médica, a doença é desconhecida pela maioria das pessoas. Durante algum tempo, foi confundida com esquizofrenia. Os sinais mais comuns apresentados pelo portador do transtorno são a dificuldade de comunicação verbal e não verbal; falha na interação social recíproca; e comprometimento da imaginação com repertório restrito de interesses e atividades. É importante que a doença seja diagnosticada precocemente, ainda nos primeiros anos de vida da criança. Foi o caso de Arthur, que, aos dois anos de idade, teve o seu diagnóstico feito pelos médicos. Segundo a mãe, o tratamento clínico e a adequação na escola tem um custo elevado.

Para a juíza Keyla Cnop, essas são as questões que merecem mais atenção dos pais das crianças. A magistrada acredita que há falta da orientação pedagógica nas escolas, já que o autista precisa ser acompanhado pela figura do mediador para poder interagir na sala de aula. Segundo ela, a criança tem dificuldade de entendimento porque faz uma interpretação literal da comunicação verbal ou de um texto. O grupo já obteve a aprovação de leis estaduais e municipais com o objetivo de garantir tratamento pelo Estado. Uma das leis prevê a construção de centros de tratamento de crianças autistas no Rio e no interior.

O grupo Mundo Azul tem se mobilizado em todos os sentidos para atingir a conscientização do Autismo pela sociedade. No domingo passado, foi realizada uma caminhada na praia do Leblon e, amanhã, será celebrada missa no Cristo Redentor.

Nova Iguaçu vai multar quem estacionar em vaga de deficiente

Campanha “Muita Moral — essa vaga não é sua nem por um minuto”, vai advertir motoristas ‘espertinhos’.

Fonte: O Dia – 02/04/2015

Nova Iguaçu (RJ) - Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, iniciou na última segunda-feira (30), a campanha nacional chamada “Muita Moral – essa vaga não é sua nem por um minuto”. A ação é uma advertência educacional, criada na gestão do prefeito Antanas Mokus, em Bogotá, na Colômbia nos anos 90, reproduzida pelo governo brasileiro e agora posta em prática em Nova Iguaçu.

A ação tem como objetivo incentivar uma mudança de comportamento entre os motoristas, visando a conscientização da vaga especial para deficientes ou idosos. Ao chegar ao Paço Municipal, Márcio Nunes, 39 anos, se deparou com um carro estacionado na vaga para deficientes. “Eu sempre passo por isso, é um transtorno. É uma falta de respeito com a gente. O direito é para todos, e as pessoas precisam fazer valer esses direitos”, desabafa.

A proposta da campanha é direcionada para quem está infringindo a lei, e para um deficiente que não esteja com credencial. “Quem não tiver a credencial, deverá procurar a Subsecretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência ou a Secretaria de Transporte para se regularizar conforme as normas de acessibilidade”, informa o subsecretário municipal Valnei Costa.

A próxima fase da operação será relatar à Federação das Empresas de Transportes de Passageiros do Estado do Rio de Janeiro (Fetranspor) sobre os ônibus quebrados e motoristas que não respeitarem o embarque da pessoa com deficiência, para que seja tomada devidas providências, pois haverá fiscalização em breve e os ônibus que não estiverem aptos para deficientes terão a circulação proibida.

A campanha será permanente e realizada em todo o município, através da prática de fiscalizações, com multas e reboques. A Multa Moral é uma ferramenta educativa e não invalida ou substitui a multa de trânsito aplicada pelos guardas municipais.

‘Adaptação é constante’, dizem deficientes visuais sobre universidade

Alunas do ensino superior contam como é o dia a dia em seus cursos. Faculdades se preparam para permitir o amplo acesso durante estudos..

Fonte: G1 Prudente e Região – 03/04/2015



Isabela (de blusa florida) diz que o apoio da família é importante (Foto: Marcos Júnior/TV Fronteira)

Com a chegada das provas, os estudantes precisam mostrar que toda a dedicação às aulas valeu a pena. Entretanto duas universitárias já deixaram claro que não necessitam provar mais seu empenho: Isabela Rocha, de 17

anos, começou o curso de jornalismo neste primeiro semestre de 2015, enquanto a Bruna Vieira, de 25, iniciou o curso de psicologia em 2011, e já está no penúltimo ano da faculdade. Ambas possuem deficiência visual, mas se colocam no mesmo patamar de seus colegas de sala, que abriram os braços para elas.

Isabela, que nasceu com a deficiência, conta que nunca deixou a condição interferir em sua qualidade de vida. De acordo com ela, entrar na faculdade foi um acontecimento que a deixou apreensiva unicamente pelo medo natural que todo estudante enfrenta ao ingressar no mundo acadêmico.

“Eu contei com o apoio da minha família, que sempre acreditou em mim”, disse ela. Isabela relata que sempre gostou da área jornalística, principalmente pelos requisitos do mercado, que pede por um profissional crítico e analítico, que saiba dialogar um pouco de tudo com todos.

Bruna, que também nasceu com a deficiência, disse que, apesar de estar na faculdade há três anos, a adaptação ao local é constante. “Cada dia é um novo desafio, e eu os supero com a ajuda dos meus pais, amigos e professores, que são extremamente atenciosos”, disse.

“A universidade tem que pensar em alunas como nós. A biblioteca, por exemplo, não tem acessibilidade para deficientes visuais”, completou Bruna.

Por meio de um programa no computador, que lê texto em tela, as estudantes acessam às aulas previamente pelo sistema da universidade e ficam por dentro do que será passado em sala.

A professora de fotografia do curso de jornalismo, Maria Luísa Hoffmann, conta que nunca lecionou para uma pessoa com deficiência visual antes, e, por isso, sente que está dando um passo importante na carreira. “Muitas vezes a Isabela faz coisas que eu não espero, e é uma surpresa positiva quando isso acontece, pois mostra que o trabalho está dando resultado”, disse a professora.

A coordenadora do curso, Carolina Mancuzo, relata que Isabela é uma pessoa extremamente fácil de lidar, o que facilita todo o processo de adaptação. “Os desafios são constantes e amadurecem a todos nós. Estamos sempre aptos a ensinar e a aprender com pessoas como Isabela”, disse.

De acordo com a coordenadora, é a primeira vez, em 20 anos de existência, que a faculdade de jornalismo recebe uma aluna como Isabela.

Preparação

Em nota, a Universidade do Oeste Paulista se posicionou quanto a acessibilidade disponível na faculdade, que fica localizada no campus II, em Presidente Prudente. “Foi constituído, em agosto de 2013, o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI), pela portaria nº 17/2013, que tem por objetivo desenvolver políticas de acessibilidade às pessoas com deficiência, promovendo ações para a garantia da inclusão plena aos programas e serviços desenvolvidos na Unoeste.”

Passo importante

Para a coordenadora da Associação Filantrópica de Proteção aos Cegos de Presidente Prudente, Eliete Marguti, a entrada das jovens deficientes visuais no mundo acadêmico é de grande importância. “A inclusão social ainda está distante do considerado ideal, porém são jovens como elas que mostram que o caminho pode ser percorrido”, disse.

A associação já tem 75 anos e outros deficientes visuais que passaram por ela também já ingressaram no mundo acadêmico. O atendimento prestado pelo local visa justamente dar autonomia ao jovem deficiente visual, uma vez que muitas escolas, por vezes, não têm a estrutura necessária para atendê-las, segundo relatou.

(Com colaboração de Marcos Júnior, da TV Fronteira)

Ana Clara realiza sonho de dançar valsa e ganha recado de Gabriel Medina

Exemplo de superação, estudante de 15 anos ganhou as redes sociais com a hashtag #AnaClaraNoCaldeirão.

Fonte: GShow – Caldeirão do Huck – 04/04/2015



Ana Clara dança valsa no palco do Caldeirão (Foto: Tata Barreto / TV Globo)

A hashtag #AnaClaraNoCaldeirão ganhou as redes sociais e o Caldeirão foi atrás da história da jovem de Rio das Ostras, litoral do Rio, que é sinônimo de superação. Ana Clara nasceu com amiotrofia espinhal tipo 2, uma doença que enfraquece os músculos e a impede de andar.

“Não é bom ser diferente, mas eu tive que aprender a lidar com isso”, diz a estudante, que se movimenta com a ajuda de uma cadeira de rodas. No palco do Caldeirão, Ana Clara, que assim como o programa também tem 15 anos, ganhou um baile de debutantes com direito a muita dança. “Eu danço do meu jeito, mas eu danço”, conta a jovem.

“Gostei muito, muito, muito”, emociona-se Ana Clara após o número apresentado no palco. A menina ainda ganhou um recado do ídolo de Gabriel Medina e leu uma carta emocionante, que prometeu a Luciano Huck ao topar participar do programa.



Mauricio dança valsa com a filha Ana Clara (Foto: Tata Barreto / TV Globo)

Superação

“É uma doença rara e grave e a expectativa de vida não passa de dois anos de idade”, explica Mauricio Moniz, pai de Ana Clara. Ele e Sandra Moniz, mãe de Ana Clara, se emocionaram ao contar a história de superação da filha.

“Ela é minha fonte de inspiração”, conta Caio Maia, amigo de Ana

Clara. O jovem construiu uma prancha de stand up paddle adaptada especialmente para a amiga. Na hora do baile, claro que ele foi o príncipe de Ana Clara.

“A única coisa que me difere das outras pessoas é uma cadeira de rodas”, resume Ana Clara, um verdadeiro exemplo de vida e superação.

Para ter acesso ao vídeo, clique [aqui](#).

Planetário de Ilha Solteira faz adaptações para deficientes visuais

Céu tem linhas em alto relevo, e visitante pode passear por universo. Planetário abre de segunda a sexta-feira e se localiza na Unesp da cidade.

Fonte: G1 Rio Preto e Araçatuba – 05/04/2015



Deficientes visuais visitando o planetário especial (Foto: Reprodução TV TEM)

O planetário de Ilha Solteira (SP) fez várias adaptações para que os deficientes visuais possam ter uma ideia do que são os planetas. A ideia é fazer com que todos possam frequentar o local. O projeto funciona assim: Os astros foram todos trabalhados em alto relevo e o nome das estrelas e galáxias foram escritos em braile.

Poder tocar em uma estrela para quem nunca pode vê-la é uma experiência muito grandecidosa. O advogado Thiago Menezes Ruiz ficou cego quando ainda era um bebê e, para ele, estar diante de constelações e estrelas sem precisar que alguém conte o que está vendo é mesmo fascinante. “Eu nunca tinha visto isso em lugar nenhum nem na escola, eu me sentia perdido, na escola inclusive pessoas que enxergam já tentaram me descrever, mas nunca as descrições foram suficientes para que eu pudesse entender”, explica o Ruiz.

Este é um dos poucos planetários para deficientes visuais existentes no Brasil. Ele se localiza na Unesp de Ilha Solteira, no interior de São Paulo, e levou dois anos e cinco meses para ficar pronto. O coordenador do projeto, Cláudio Luiz Carvalho, pensou na possibilidade de os deficientes visuais terem a mesma sensação que pessoas que não possuem a deficiência. “É fácil você chegar e falar para pessoa olha aqui, olha ali, nós temos um observatório, ela vai olhar pelo telescópio alguns astros, então fica fácil. Aí eu comecei a pensar o que acontece se a pessoa não tem essa possibilidade, se ela é um deficiente visual, como eu poderia passar essa informação para ela ou ensinar”, explica o coordenador do projeto.

O céu tem linhas em alto relevo, assim o visitante pode passear por 250 estrelas e 35 constelações e o nome de cada componente está em braile. A ideia é fazer com que os deficientes visuais sintam aquilo que eles não conseguem enxergar, mas diante de um universo tão complexo, não é tão simples assim, como por exemplo, mostrar o brilho das estrelas.

Para substituir este fator, eles fabricaram esferas de tamanhos diferentes. Bolinhas maiores para estrelas que brilham mais e menores para aquelas que brilham menos. “Quando a gente olha para o céu, vemos estrelas bem brilhantes, outras mais fraquinhas, então vamos mudar o tamanho para que os deficientes visuais consigam identificar a diferença”, explica Carvalho.

Neste planetário diferente, o auxiliar geral José Carlos da Silva Santos, que é cego, conseguiu sentir que faz parte do universo. “Eu acho fantástico você poder conhecer o planeta através das mãos, através do tato, tudo facilita. É uma experiência inovadora, porque nem na escola e olha que eu estudei em uma bem acessível, voltada mesmo para pessoa com deficiência, não tinha muito disso”, afirma o auxiliar.

O planetário de Ilha Solteira funciona de segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e reabre às 14h e fica aberto até às 18h. A entrada é gratuita.

Para ter acesso ao vídeo, clique [aqui](#).

“Dançabilita” traz alegria às pessoas com deficiência através da dança

Fonte: UOL – Blog Social 1 – 06/04/2015



A Mostra Inclusiva Dançabilita é um evento idealizado e produzido pela terapeuta ocupacional e professora de dança do ventre Renata Tarub, que procura incluir socialmente as pessoas com deficiência através da dança. Além disso, o projeto de Renata é ajudar pessoas que têm desejo de danças e que, por algum motivo, seja obesidade, câncer, depressão, não consigam se adaptar ao ritmo imposto nas aulas das academias tradicionais.



A segunda edição do evento acontece no dia 17 de maio no Teatro Luiz Mendonça, no Parque Dona Lindu. Para chegar ao teatro, a acessibilidade física, com rampa e elevador, está garantida, além de intérprete de libras e audiodescrição.

Cadeira que deixa deficiente “em pé” é novidade em feira de São Paulo

Uma feira em São Paulo está apresentando novidades tecnológicas para pessoas com necessidades especiais.

Fonte: G1 – Jornal Nacional – 09/04/2015



Uma feira em São Paulo está apresentando novidades tecnológicas para pessoas com necessidades especiais.

Tapete vermelho. Tarde de gala para os cadeirantes, inclusive os que, na feira, têm a oportunidade de encarar as outras pessoas na altura dos olhos.

“Eu acho muito legal. É a possibilidade de a gente caminhar e ver todo mundo com uma outra perspectiva”, comenta Paula Ferrari, fisioterapeuta.

Esse é o lugar que muda os conceitos de quem acha que uma pessoa com deficiência talvez seja só aquela que usa uma bengala ou uma cadeira de rodas. Hoje, um deficiente visual também podem ser um eficiente observador do tempo em um relógio com ponteiros magnéticos, que sempre voltam para a hora certa.

Se a perda de visão não é total, a lupa virou digital e quem aperta os botões é quem decide o quanto ela amplia do texto no papel e qual cor das palavras facilita mais a leitura.

“A pessoa consegue ler livros, jornais, correspondência ou qualquer material impresso”, explica Robert Mortiner, expositor.

Mas se a dificuldade é para ir e vir, o caminho fica muito menos complicado com as cadeiras que sobem escada, andam na areia da praia, entram no mar, viram triciclo, e se adaptam à coluna de quem usa.

E é claro que os carros também estão mudando. Hoje, um cadeirante se torna passageiro no subir de uma rampa. No girar de um banco. Isso pra quem não tá dirigindo. Porque o motorista só tem o trabalho de se acomodar em frente ao volante. Guardar a cadeira de rodas é com o equipamento no teto do carro. Ou seja, a gente está diante de um carro que acomoda muito bem até dois cadeirantes ao mesmo tempo.

“A grande questão é a autonomia, é não precisar de ninguém. Os equipamentos entram nessa parte”, aponta Carlos Cavenaghi, expositor.

Quem demonstra os carros por lá sabe bem das necessidades de quem compra. Toda essa tecnologia da feira soa como música para os olhos. De quem só com a retina consegue compor e fazer novos arranjos para uma canção.

“Olha na tela, nas notas musicais e aí reproduz o áudio correspondente àquela nota”, diz Rafael Alves, produtor.

Para ouvir bem tudo isso, o aparelho auditivo vai agora dentro do

ouvido. Imperceptível pra quem vê de fora. Sutilezas tecnológicas, que fazem uma diferença nada sutil na vida de quem precisa.

Para ter acesso ao vídeo, clique [aqui](#).

//NOTÍCIAS DA JUDICIÁRIO

Deficiente físico que teve carro roubado consegue nova isenção de IPI antes do prazo legal

Fonte: Superior Tribunal de Justiça – 06/04/2015

A Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) confirmou decisão que garantiu a um deficiente físico o direito de comprar automóvel com isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) menos de dois anos após ter adquirido veículo com o benefício.

Seguindo o voto do relator, ministro Napoleão Nunes Maia Filho, a Turma entendeu que, como o carro havia sido roubado, tratava-se de caso de força maior. Sendo o propósito da isenção fiscal a inserção do deficiente na vida social, a decisão judicial analisada está de acordo com o princípio da dignidade da pessoa humana.

Pessoas com deficiência têm direito à isenção na compra de automóvel, mas a dispensa de pagamento do tributo só pode ser usufruída a cada dois anos, de acordo com o artigo 2º da Lei 8.989/95.

Interpretação literal

No caso julgado, antes do intervalo legal, o motorista pediu a nova isenção à delegacia da Receita Federal em Porto Alegre, mas não teve sucesso. Impetrou, então, mandado de segurança na Justiça Federal, sustentando que teria direito ao benefício, independentemente do prazo de dois anos.

Em primeiro grau, o juiz garantiu a isenção. A Fazenda Nacional, ré no processo, apelou ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), mas não conseguiu reverter a decisão.

A Fazenda interpôs recurso no STJ, sob o argumento de que as normas tributárias devem ser interpretadas de forma literal quando estiver em questão a outorga de isenção. Assim, o benefício não poderia ser concedido.

Caráter humanitário

Conforme observado pelo ministro Napoleão Nunes Maia Filho, o TRF4 afastou a limitação temporal da isenção por considerar que houve justa causa para o requerimento do deficiente físico, uma vez que o roubo do veículo constituiria força maior.

“O lapso temporal de dois anos, para a concessão da isenção do IPI na aquisição de veículo automotor, deve ser interpretado de maneira a satisfazer o caráter humanitário da política fiscal, primando pela inclusão das pessoas com necessidades especiais, e não restringindo seu acesso”, concluiu o ministro ao indeferir o recurso da Fazenda Nacional.

A notícia acima refere-se ao REsp nº 1390345.

Para Quarta Turma, incapacidade mental não impede reconhecimento de danos morais

Fonte: Superior Tribunal de Justiça – 06/04/2015

O Banco do Brasil terá de pagar indenização por danos morais a um correntista que sofre de demência irreversível. Seguindo o voto do

relator, ministro Luis Felipe Salomão, a Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) reconheceu que, apesar da doença, o correntista é passível de sofrer dano moral.

“A configuração do dano moral não se verifica no aborrecimento ou no constrangimento por parte do prejudicado, mas, ao revés, o dano se caracteriza pelo ataque a direito personalíssimo, no momento em que atingido o direito”, acrescentou Salomão.

Saques

A filha, que é curadora do pai, ajuizou ação de indenização por danos materiais e morais alegando que houve diversos saques indevidos em sua conta bancária. Em primeira instância, o banco foi condenado a pagar R\$ 10 mil por danos morais, além de restituir o valor dos saques.

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) manteve a condenação por danos materiais, mas afastou os danos morais por entender que o correntista, sendo doente, nem sequer teve ciência dos saques em sua conta e do alcance do prejuízo financeiro.

“Para a configuração do dever de indenizar, é necessário que o dano tenha sido experimentado por aquele que o pleiteia, pois a integridade moral só pode ser defendida pelo seu titular”, consignou o TJMG. Contra essa decisão, houve recurso ao STJ.

Direito de personalidade

O ministro Luis Felipe Salomão citou doutrinadores para concluir que o dano moral se caracteriza pela ofensa a certos direitos ou interesses. “O evento danoso não se revela na dor, no padecimento, que são, na verdade, consequências do dano. O dano é fato que antecede os sentimentos de aflição e angústia experimentados pela vítima”, afirmou.

Segundo o relator, o STJ tem julgados em que o dano moral foi reconhecido diante da violação a direito da personalidade, mesmo no caso de pessoas com grau de discernimento baixo ou inexistente.

Um desses precedentes é o REsp 1.037.759, em que se afirmou que “as crianças, mesmo da mais tenra idade, fazem jus à proteção irrestrita dos direitos da personalidade”. No REsp 1.291.247, foi reconhecido a um recém-nascido o direito a indenização por dano moral depois que a empresa contratada para coletar seu cordão umbilical, para eventual tratamento futuro, descumpriu o contrato.

Fortuito interno

Quanto à responsabilidade civil do banco, Salomão disse que não restam dúvidas de que o dano decorreu da falha na prestação do serviço, já que os saques foram realizados em caixas eletrônicos da instituição por meio de cartão magnético.

Em casos semelhantes, o STJ tem reconhecido a responsabilidade da instituição financeira, entendimento que foi consolidado no julgamento do recurso repetitivo REsp 1.199.782.

Naquela ocasião, a Segunda Seção concluiu que “as instituições bancárias respondem objetivamente pelos danos causados por fraudes ou delitos praticados por terceiros – como, por exemplo, abertura de conta-corrente ou recebimento de empréstimos mediante fraude ou utilização de documentos falsos –, porquanto tal responsabilidade decorre do risco do empreendimento, caracterizando-se como fortuito interno” (tema 466).

A notícia acima refere-se ao REsp nº 1245550.

//NOTÍCIAS DO LEGISLATIVO

Cuidadores públicos para deficientes

Fonte: Câmara Municipal do Rio de Janeiro – 08/04/2015

A vereadora Laura Carneiro (PTB), apresentou o Projeto de Lei nº 1.096/2015, que institui o “Programa Cuidador de Pessoa com Deficiência ou Mobilidade Reduzida”, destinado a atender os usuários que não tenham condições físicas, sensoriais ou cognitivas de suprirem suas próprias necessidades e que não contem com um profissional cuidador.

A vereadora esclarece que o programa deve ser inserido na equipe multidisciplinar já existente, do programa de Saúde da Família, que funciona nas atuais Clínicas da Família, de forma a atingir seus objetivos.

As clínicas deverão oferecer cuidadores, com prioridade para a população em estado de vulnerabilidade.

A matéria estabelece ainda, que o profissional cuidador deverá ter formação compatível e será selecionado pelo Poder Executivo, que determinará atendimento padronizado, consistente em: cuidados preventivos de saúde; administração de medicamentos de rotina; cuidados com higiene pessoal; auxílio e acompanhamento em deslocamentos necessários; auxílio e acompanhamento em transferências de locais dentro do domicílio; e apoio psicológico. Ficará a cargo de órgão municipal competente fornecer cursos de treinamento de cuidadores.

“As políticas públicas de saúde pressupõem cuidados com a atenção básica. O cuidador pode contribuir para melhora da qualidade de vida de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e ainda diminuir a incidência das complicações comuns, evitando tratamentos mais complexos.”

Vereadora Laura Carneiro

//INSTITUCIONAL

Pousada em Cabo Frio prestará serviço de acolhimento a idosos após TAC com MP

Fonte: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro – Detalhe Notícia – 26/03/2015

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), por meio da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva – Núcleo Cabo Frio, firmou termo de ajustamento de conduta (TAC) com a sociedade empresária Pousada Montes Brancos LTDA-ME para que se ela adeque às exigências do Ministério da Saúde e passe a prestar legalmente o serviço de acolhimento a idosos. Segundo a Promotoria, assistentes sociais do MP visitaram o local e constataram que a pousada funciona irregularmente como instituição de longa permanência para idosos, apesar de o serviço ser prestado de maneira adequada.

Por meio do TAC, a empresa se comprometeu a aplicar determinações da Resolução RDC nº 283 do Ministério da Saúde, que incluem obtenção de alvará sanitário, inscrição de seu programa no Conselho de Idoso do município, registro de estatuto e de entidade social. A empresa fica obrigada também a apresentar responsável técnico, quadro de funcionário proporcional ao serviço prestado e adequar sua estrutura física para atender ao disposto na resolução.

CAO de Proteção ao Idoso e à Pessoa com Deficiência promove capacitação para conselheiros

Fonte: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro – Detalhe Notícia
– 08/04/2015



Conselhos Municipais de Direitos do Idoso de Sapucaia, Carmo e Três Rios participam de evento de capacitação

O Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção ao Idoso e à Pessoa com Deficiência promoveu, nesta quarta-feira (08/04), uma capacitação para os conselheiros dos Conselhos Municipais de Direitos do Idoso de Sapucaia, Carmo e Três Rios. O objetivo foi discutir temas ligados ao funcionamento, estrutura e atribuições dos Conselhos Municipais de Direitos do Idoso.

O coordenador do CAO de Proteção ao Idoso e à Pessoa com Deficiência, Luiz Cláudio Carvalho de Almeida, abordou em sua palestra aspectos legais afetos à rotina de trabalho dos conselheiros, enfatizando o dever de acompanhamento da política municipal relativa aos direitos do idoso e a atividade de fiscalização das instituições de longa permanência para idosos. Após a explanação, os conselheiros puderam tirar dúvidas e trocar experiências com os membros do Ministério Público.

As promotoras de Justiça Clárisse Maia da Nóbrega, titular da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Três Rios, e Elisa Maria Azevedo Macedo Barbosa, titular da Promotoria de Justiça Cível e de Família de Três Rios, também participaram do evento.